



ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019

OBJETO

Este Edital de Chamamento Público visa à seleção de projetos a serem apoiados pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins- CAU/TO, para o exercício da assistência técnica gratuita, na elaboração de projetos de habitação de interesse social.

MODALIDADE DE SELEÇÃO: CHAMAMENTO PÚBLICO

PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 01/07/2019

RECEBIMENTO DOS PROJETOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO: O recebimento dos projetos terá início no dia 15 de julho de 2019, às 12:30 horas, e se encerrará no dia 13 de agosto de 2019, às 18:30 horas.

DIVULGAÇÃO DA LISTA DOS PROJETOS E PROPONENTES HABILITADOS: 23 de agosto de 2019.

DATA PREVISTA PARA ASSINATURA DO TERMO DE FOMENTO PARA EXECUÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS E HABILITADOS: 30 de agosto de 2019.

LOCAL: O local do recebimento dos projetos será na sede do CAU/TO, na quadra 103 Sul, Rua SO-05, Lote 12, Salas 04 e 05 – CEP 77015-018 Palmas/TO. Horário de atendimento ao público: 12:30 às 18:30 horas, de segunda a sexta-feira.

CRONOGRAMA

Inscrição e recebimento dos projetos e documentos de habilitação: 15 de julho a 13 de agosto de 2019.

Divulgação da lista dos projetos e proponentes habilitados: 23 de agosto de 2019.

Prazo para assinatura do termo de fomento: 30 de agosto de 2019.

DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE EDITAL:

Anexo I – Formulário de Solicitação Parceria - ATHIS

Anexo II – Formulário de Prestação de Contas do Termo de Fomento - ATHIS

Anexo III – Deliberação Plenária CAU/TO nº 14/2019

Anexo IV – Minuta do Termo de Fomento - ATHIS

Anexo V – Termo de Ciência e de Acordo

Anexo VI – Declaração de Não Impedimento de Dirigentes

INFORMAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO: O edital está disponível no sítio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Tocantins – CAU/TO - www.cauto.org.br onde estão disponíveis todas as informações alusivas ao presente processo seletivo.

CONTATO: Andrelson Pinheiro Portilho Rodrigues – Assessor Jurídico, telefone, (063)3026 1800/3026 1900 e-mail: assessoriajuridica@cauto.org.br.



O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO torna pública a abertura de processo de chamamento público para escolha de projetos de assistência técnica habitacional de interesse social a receberem apoio institucional do CAU/TO no ano de 2019, na modalidade “chamamento público”, consoante os termos deste Edital e do inciso II, do art. 6º da Deliberação Plenária nº 14/2019 do CAU/TO, que regulamenta a concessão de apoio institucional pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins – CAU/TO e dá outras providências e embasado pela Resolução CAU/BR nº 94, de 07 de novembro de 2014 que regulamenta a concessão de apoio institucional pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR).

Modalidade de Apoio à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social: apoio a ser concedido às atividades desenvolvidas e/ou coordenadas por arquitetos e urbanistas, em acordo com os princípios da Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.

1.OBJETO

1.1 Esta Chamada Pública de Fomento visa à seleção de projetos a receberem apoio institucional do CAU/TO, para o exercício da assistência técnica gratuita, na elaboração de projetos de habitação de interesse social, conforme as disposições e especificações contidas na Deliberação Plenária nº 14/2019 do CAU/TO e neste Edital.

2.APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

2.1. O recebimento de projetos e documentos de habilitação ocorrerá entre os dias de 15 de julho de 2019 a 13 de agosto de 2019, na sede do CAU/TO, mediante protocolo e entregues à Comissão Permanente de Licitação.

3.FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A concessão de apoio institucional está prevista na Deliberação Plenária nº 14/2019 do CAU/TO, em seu art. 6º, II, embasada pela Resolução nº 94/2014 do CAU/BR, em conformidade com a Lei nº 12.378/2010, Lei nº 13.019/14 e Lei 11.888/08, e alterações, e com o Regimento Interno do CAU/TO. As normativas estão disponíveis integralmente no site: <http://www.cauto.org.br>.

4.RECURSOS FINANCEIROS

4.O montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) destinado ao apoio institucional de projetos nos termos deste Edital está previsto no planejamento orçamentário do CAU/TO para o Orçamento do Exercício Financeiro de 2019, Rubrica: 6.2.2.1.1.01.07.02.002 – Convênios, Acordos e Ajuda a Entidades.

5.PROJETOS

5.1. Poderão participar sociedades civis que atendam aos seguintes requisitos:

5.1.1. Sejam pessoas jurídicas legalmente constituídas, sem fins lucrativos;

5.1.2. Em se tratando de instituição de ensino superior, deverá comprovar a oferta de curso de Arquitetura e Urbanismo no nível de graduação e/ou pós-graduação;



5.1.3. Contenham em seu contrato social as atividades de interesse e assistência social, ou que atendam ao disposto no art. 3º e incisos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999;

5.1.4. Mantenham escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

5.1.5. Tenham em seu quadro societário, de empregados ou colaboradores, profissional arquiteto e urbanista, com registro regular no CAU/TO, para coordenação do projeto e registro de responsabilidade técnica;

5.1.6. Possuir:

a) no mínimo 03 (três) anos de existência, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de natureza semelhante, mediante a execução de atividades ou de projetos para a consecução de finalidades de interesse público, comprovados por meio de portfólios, planos de trabalho, relatórios de atividades, dentre outros meios;

5.2. Não será necessária que a comprovação de que trata a alínea b do item 5.1.6. esteja vinculada a qualquer das modalidades para realização do projeto proposto constantes do item 5.6.

5.3. Cada proponente poderá inscrever até 01 (um) projeto.

5.4. Somente são elegíveis projetos com data de início compreendida entre 02 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2019.

5.5. Em sua proposta, o proponente deverá comprovar a efetividade de infraestrutura física, equipamentos e pessoal necessários ao pleno desenvolvimento das atividades de elaboração de projetos.

5.6. Poderão participar deste processo seletivo projetos que contemplem a realização de:

5.6.1. Elaboração de projetos de arquitetura para novas unidades habitacionais de interesse social;

5.6.2. Elaboração de projetos de reforma e/ou ampliação para unidades habitacionais de interesse social já construídas;

5.6.3. Elaboração de projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo, que estejam em conformidade com a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008;

5.6.4. Reforma de equipamentos públicos comunitários voltados ao atendimento das necessidades identificadas da população beneficiada como, por exemplo: segurança, desporto, lazer, comércio local, assistência social, convivência comunitária, atenção à infância, ao idoso, ao portador de deficiência e à mulher responsável pelo domicílio e geração de trabalho e renda das famílias beneficiadas, observando-se as carências do local e entorno e, principalmente, os equipamentos já existentes na vizinhança;



- 5.6.5. Promovam a produção de conhecimento na área de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS) que oriente o exercício profissional e o seu aperfeiçoamento, prioritariamente;
 - 5.6.6. Informem, eduquem e difundam os conhecimentos e/ou a troca de experiências com vista à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS);
 - 5.6.7. Orientem processos de regularização das edificações e regularização fundiária em áreas de interesse social;
 - 5.6.8. Estimulem o comportamento ético no exercício profissional;
 - 5.6.9. Promovam a divulgação da Lei Federal 11.888/2008;
 - 5.6.10. Apresentem metodologia inovadora de implantação de ATHIS.
- 5.7. Para quaisquer dos projetos propostos nos itens 5.6.1 e 5.6.2 o proponente deverá apresentar Relatório de Orçamento Estimativo, conforme Resolução CAU/BR nº 21, de 05/04/2012;
- 5.8. Serão considerados para fins deste edital como habitação de interesse social edificações com área máxima de 70 m² conforme previsto na Resolução CAU/BR nº 91 de 09/10/2014, que define os critérios para emissão de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT Mínimo;
- 5.9. Para seleção das famílias a serem atendidas com a elaboração dos projetos a instituição deverá, obrigatoriamente, realizar o cadastramento das famílias conforme exigências do art. 2º e seguintes da Lei 11.888/2008, ou optar pelas de famílias abrangidas pelos programas oficiais de cadastramento ou de qualquer outro programa oficial de cadastramento;
- 5.9.1. Na seleção das famílias a serem beneficiadas, na forma do item 5.8, terão preferência as com menor renda, idosos, portadores de necessidades especiais e mulheres chefes de família, assim compreendidas aquelas responsáveis pela renda familiar;
 - 5.9.2. Serão prioritários os projetos em que a realização de parcerias garantam a potencialização dos resultados através da integração de ações sociais que visem à melhoria da qualidade de vida das famílias a serem atendidas.
- 5.10. O projeto a ser apoiado deverá indicar o número de famílias a serem contempladas, não sendo necessária a identificação das famílias beneficiárias no ato da apresentação da proposta de projeto.

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Serão habilitadas:

- 6.1.1. Pessoas jurídicas legalmente constituídas, na forma do item 5.1. e que apresentem os seguintes documentos em seus prazos de vigência:



I - Ato constitutivo, contrato social ou estatuto social com as alterações, se houver, devidamente registrados nos órgãos competentes;

II - Ata de eleição e/ou ato de designação das pessoas habilitadas a representar a pessoa jurídica, se for o caso;

III - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

IV - Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes, se houver;

V - Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes, se houver;

VI- Prova do vínculo do profissional arquiteto e urbanista junto à instituição proponente, de acordo com exigência do item 5.1.5;

VII - Identificação dos representantes legais da pessoa jurídica, compreendendo:

- a) Carteira de identidade;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF);
- c) Comprovante de endereço (de no mínimo 90 dias).

VIII - provas de regularidade fiscal, sendo:

- a) Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, expedida pelo órgão da Receita Federal do Brasil;
- b) Certificado de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedido pela Caixa Econômica Federal;
- c) Certidão negativa de tributos estaduais ou do Distrito Federal, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Estado e do Distrito Federal;
- d) Certidão negativa de tributos municipais, ou, em se tratando de contribuinte isento, cópia do documento de isenção, emitidos pelo órgão competente do Município;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Certidão de Concordata e Falência;

IX – Em se tratando de proponente que tenha recebido apoio institucional do CAU/TO nos últimos (dois) dois anos, deverá apresentar Declaração de Prestação de Contas, a ser emitido pelo CAU/TO, na qual se atesta a inexistência de pendências ou irregularidades nas respectivas prestações de contas;

X – Declaração de que a proponente não possui dirigentes que sejam empregados ou dirigentes do CAU/BR ou dos CAU/UF, bem como seus cônjuges, companheiros e parentes em linha reta até segundo grau, e que não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/14, conforme o Anexo VII, do presente Edital;

XI – Termo de Ciência e de Acordo, Anexo VI do presente Edital.

6.2. As certidões emitidas na internet estão sujeitas à verificação de sua autenticidade.



6.3. O proponente deverá manter a regularidade fiscal e da documentação de habilitação durante o processo seletivo até a prestação de contas do valor de apoio recebido e deverá se responsabilizar em enviar ao CAU/TO nova documentação em caso de vencimento ou alteração de algum dos documentos apresentados.

6.4. Não receberão apoio institucional os projetos:

I - Em desacordo com a missão institucional e finalidade do CAU/TO;

II - Que não evidenciem benefícios para a habitação de interesse social;

III- Cujo proponente tenha prestação de contas de apoio institucional anterior não aprovada, ou inconclusa, ou esteja inadimplente perante o CAU/TO ou outros apoiadores, qualquer que seja a motivação;

IV - Cujo proponente seja pessoa jurídica impedida de contratar com a administração pública;

V - Cujo proponente tenha apoio financeiro ou parcerias com algum CAU/UF no exercício corrente;

VI – Que tenham como foco direto ou indireto a promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.

6.4.1. O CAU/TO poderá recusar a concessão de apoio sempre que, mesmo apresentadas as contas de termos anteriores e pendentes de exames, constate deficiências da execução do objeto ou da própria prestação de contas.

6.5. O Parceiro que tiver suas contas reprovadas nos termos do item 6.4, inciso “III”, ficará impedido de participar do Chamamento Público do CAU/TO, pelo período de 02 (dois) anos consecutivos, independentemente da sua regularização.

6.6. É vedada a participação, no projeto a ser apoiado, de empregados, conselheiros ou dirigentes do CAU/TO ou CAU/BR, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes até segundo grau.

6.7. Não receberão apoio institucional projetos apresentados por pessoa jurídica que não seja responsável legal pelo projeto inscrito ou pela captação de recursos, ou, ainda, pelas contrapartidas ofertadas.

6.8. Competirá à Comissão Permanente de Licitação do CAU/TO, instituída pela Portaria nº 05/2019, a análise da documentação de habilitação.

7. INSCRIÇÃO DOS PROJETOS E ENVIO DO FORMULÁRIO ANEXO I

7.1. O ato de inscrição compreende o preenchimento integral e entrega do Formulário de Solicitação de Parceria – Anexo I, acompanhado dos documentos de habilitação e do projeto de apoio institucional, em envelope lacrado, opaco e indevassável, observado o seguinte:

7.1.1 O início do recebimento dos projetos será dia 15 de julho de 2019 e o encerramento dia 13 de agosto de 2019, no horário de atendimento ao público, sendo a



inscrição comprovada por meio de recibo impresso emitido pelo CAU/TO, no ato da entrega do material ou Aviso de Recebimento Postal (AR) emitidos pela ECT (Correios).

7.1.2. Serão considerados projetos postados (via postal) aqueles entregues e formalmente recepcionados na agência de correios até a data de 06 de agosto de 2019. Para fins de verificação da tempestividade do envio da documentação, será considerada a data do carimbo registrada no envelope pela ECT (Correios).

7.1.3 O envelope deve conter:

Destinatário:

*CAU/TO – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019 – ATHIS
Quadra 103 Sul, Rua SO-05, Lote 12, Salas 04 e 05 – CEP 77015-018 - Palmas/TO*

Remetente:

*EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2019 - ATHIS
(Razão Social do Proponente) (Título do projeto)
(Endereço do Proponente)*

Conteúdo:

*Formulário de Solicitação de Apoio Institucional
Projeto de Apoio Institucional
Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal.*

7.2. Documentos apresentados fora das especificações e do prazo fixado neste Edital culminarão na desclassificação do projeto.

7.3. O CAU/TO não se responsabilizará por extravios ou por atrasos ocorridos durante o processo de envio da documentação.

7.3.1. Projetos postados (via postal) que não forem recepcionados no CAU/TO até o dia 13 de agosto de 2019, não serão analisados.

8. COTAS DE APOIO INSTITUCIONAL E REPASSE DE RECURSOS

8.1. O proponente deverá indicar no Formulário de Solicitação de Parceria a cota de apoio pleiteada com valor máximo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) por projeto;

8.2. A liberação de recursos será condicionada ao atendimento dos incisos I, II e III do artigo. 16 da Deliberação Plenária nº 14/2019 do CAU/TO.

8.3. A cota solicitada deverá ser coerente com o custo do projeto conforme o plano de trabalho ou projeto apresentado em cada caso.

8.3.1.A Comissão de Ética, Disciplina e Exercício Profissional - CEDEP do CAU/TO poderá utilizar as tabelas de remuneração de projetos e serviços de arquitetura e urbanismo, aprovadas pelas Resoluções CAU/BR nº 64/2013 e 76/2014, para as análises dos orçamentos apresentados.

8.4. Na divulgação do resultado final, o CAU/TO informará a cota a ser apoiada, podendo haver redução no valor da cota solicitada, não cabendo ao proponente alterar o escopo do



projeto selecionado em decorrência desse ajuste de valor. No caso de inviabilidade na execução do projeto, o proponente encaminhará ao CAU/TO justificativa de inviabilidade, que será analisada pela Comissão de Ética, Disciplina e Exercício Profissional - CEDEP do CAU/TO, decidindo pela adequação ou não do projeto selecionado.

8.5. O proponente é responsável pela execução total das ações necessárias à realização do projeto, não cabendo ao CAU/TO atribuições operacionais. O CAU/TO será responsável apenas pela divulgação dos resultados obtidos com o projeto selecionado.

8.6. Os recursos de apoio institucional do CAU/TO, mesmo que tenham sido repassados parcialmente, serão devolvidos ao CAU/TO pelo proponente caso o projeto não seja executado na íntegra e totalidade.

8.7. Os recursos de apoio institucional, mesmo que tenham sido repassados parcialmente, serão devolvidos ao CAU/TO caso o projeto seja executado por um valor menor do que o valor apresentado no formulário de solicitação.

8.8. A seleção da proposta não garante a formalização do Termo de Fomento, não gera obrigação de parceria ou desembolso financeiro por parte do CAU/TO, seja pelo valor total solicitado na proposta ou por valores que possam ser atribuídos pela comissão julgadora.

9. CONTRAPARTIDAS

9.1. Para a concessão do apoio, o CAU/TO analisará a(s) proposta(s) de retorno institucional e contrapartidas, que devem atender o art. 13 da Resolução CAU/BR nº 94/2014.

9.2. Para qualquer das modalidades das ações, deverá ser utilizada a logo CAU/TO.

9.2.1. O uso da logo do CAU/TO estará condicionado às normas constantes do Manual de Identidade Visual do CAU/BR, a ser fornecido juntamente com o arquivo da marca do CAU/TO (cdr ou equivalente) pela Assessoria de Comunicação do CAU/TO.

9.2.2. Nos locais onde se dará a execução do projeto apoiado, deverá o proponente providenciar a afixação de placa com a logo de identidade visual do CAU/TO, alusiva ao Projeto de Assistência Técnica Habitacional de Interesse Social.

10. DAS ETAPAS DE ANÁLISE DOS PROJETOS

10.1. A proposta será analisada em duas etapas:

10.1.1. 1ª Etapa - Avaliação das informações de habilitação - nesta etapa, a proposta é analisada quanto ao atendimento à legislação (regularidade jurídica e fiscal), requisitos do presente edital, Deliberação Plenária CAU/TO nº 14/2019 e Resolução CAU/BR nº 94/2014;

10.1.2. 2ª Etapa - A proposta habilitada será avaliada e selecionada pela Comissão de Ética, Disciplina e Exercício Profissional do CAU/TO

10.2. O resultado da seleção será divulgado no sítio eletrônico do CAU/TO na data de 23 de agosto de 2019.



11. PROCESSO DE SELEÇÃO:

11.1. A seleção compreende a análise dos seguintes itens:

- I – Formulário de Apresentação de Projetos;
- II - Habilitação Jurídica e Regularidade Fiscal.

11.1.1 O CAU/TO publicará no endereço <http://www.cauto.org.br/> em 23 de agosto de 2019 o resultado final de projetos selecionados neste certame, com a convocação para a negociação das contrapartidas, se necessária e motivada pela Comissão de Ética, Disciplina e Exercício Profissional do CAU/TO, para a assinatura do termo de fomento.

11.2. A alteração de quaisquer dos parâmetros da versão apresentada do projeto pelo proponente pode implicar a sua desqualificação a qualquer tempo, a critério do CAU/TO.

11.3. Durante as negociações, o processo de concessão do apoio institucional poderá ser interrompido, sem repasse de recursos ao proponente, caso seja constatado qualquer fato que comprometa a imagem institucional do CAU/TO em decorrência da vinculação de sua marca ao projeto.

11.4. O proponente deverá manter a habilitação jurídica regular, bem como as certidões negativas de regularidade fiscal em seus prazos de validade para assinatura do termo de fomento e para os repasses dos valores relativos aos apoios e na prestação de contas.

12. REPASSE DE RECURSOS

112.1. A liberação de recursos de apoio institucional está condicionada ao cumprimento das cláusulas estipuladas.

12.2 O Parceiro deverá abrir e indicar conta corrente exclusiva para o repasse e movimentação dos recursos.

12.2.Em se tratando de instituições de ensino, poderá ser indicada conta bancária genérica, sendo que, para fins de prestação de contas, caberá ao Parceiro apresentar os extratos bancários indicando, detalhadamente, os débitos e créditos lançados relativos aos recursos repassados e utilizados.

12.3.A pessoa jurídica parceira com a qual o CAU/TO assinará o termo de fomento deverá abrir conta corrente específica, com o mesmo CNPJ informado na inscrição, na qual serão efetuados os créditos referentes às transferências aprovadas.

12.4. Caso exista saldo restante não utilizado na conta específica ao final da realização do projeto e encerramento da conta, o valor deverá ser restituído ao CAU/TO no prazo máximo de 10 dias contados da conclusão da prestação de contas.

13.UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS

13.1. Os recursos destinados ao apoio institucional não poderão ser utilizados para o pagamento de taxas administrativas e aquisição de bens de ativo permanente ou imobilizado.



13.2. Os serviços contratados e materiais adquiridos para a execução do projeto deverão apresentar os preços de mercado, prezando a economicidade no uso dos recursos públicos.

14. PRESTAÇÃO DE CONTAS

14.1. A prestação de contas deverá obedecer às seguintes disposições:

14.1.1. As Comissões de Planejamento e Finanças – CPFI e Ética, Disciplina e Exercício Profissional - CEDEP, do CAU/TO fiscalizarão os projetos apoiados avaliando a efetividade da parceria;

14.1.2. O proponente deverá comprovar, junto ao CAU/TO, a realização do objeto apoiado e o cumprimento de todas as contrapartidas pactuadas, formalizando sua prestação de contas conforme planilha (anexo II) e no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do projeto, juntamente com a apresentação dos seguintes documentos impressos e em arquivo digital:

I – Relatório (em formato A4) circunstanciado da realização do projeto, com narrativa das ações realizadas, descrição das famílias atendidas e origem de seu cadastro social, juntamente com registros fotográficos e dos projetos (estes em formato A3) entregues, caso seja aplicável;

II– Comprovação dos requisitos das famílias de que trata o item 5.9, contendo, dentre outras informações: qualificação de todos os membros do grupo familiar; comprovação da renda; certidão de matrícula do imóvel ou outro documento que comprove a titularidade e regularidade do imóvel objeto dos projetos;

III - Extratos da conta bancária indicada pelo Parceiro nos termos do item 12.2, desde a data de abertura até a data de encerramento, comprovando toda a movimentação financeira realizada;

IV- Notas fiscais no caso de pagamento de serviços de pessoa jurídica ou referente à aquisição de materiais necessários a realização do projeto;

V - Recibos de pessoa autônoma que comprovem a adequada aplicação dos recursos transferidos;

VI - Amostras do material promocional, que demonstrem a divulgação das logos do CAU/TO, caso houver.

14.1.3. No caso da apresentação de cópia no lugar dos originais da documentação de prestação de contas, as cópias deverão ser autenticadas.

14.1.4. Constatada a irregularidade dos documentos fiscais apresentados na prestação de contas, os valores referentes a documento irregular deverão ser ressarcidos ao CAU/TO conforme Deliberação Plenária nº 14/2019.

14.1.5. Feita a prestação de contas e constatada a falta de comprovação de qualquer item estabelecido como contrapartida ou a alocação de contrapartida em montante aquém do estabelecido no instrumento jurídico, implicará em redução proporcional da participação do CAU/TO, ficando o Parceiro obrigado a restituir o valor excedente.



15. DAS SANÇÕES

15.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o plano de trabalho e com as normas e cláusulas estipuladas neste Edital, o CAU/TO poderá aplicar à organização conveniada as seguintes sanções:

I – advertência, de caráter preventivo a qual será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pela conveniada no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave;

II – suspensão temporária a qual será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provierem para o CAU/TO. A sanção de suspensão temporária impede a conveniada de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades da administração pública federal por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade que impedirá a conveniada de participar de chamamento público e celebrar parcerias ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que correrá quando a conveniada ressarcir o CAU/TO pelos prejuízos resultadas, e após decorrido o prazo de dois anos da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

15.1.1. Da verificação do fato que poderá acarretar a aplicação das sanções previstas no item 15.1, pelo CAU/TO, caberá defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de notificação do conveniado.

15.2. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas nos incisos I a III do item 15.1, caberá recurso administrativo ao Plenário do CAU/TO, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da ciência da decisão.

16. DOS ANEXOS

16.1. Constituem anexos do presente Edital:

Anexo I – Formulário de Solicitação de Parceria - ATHIS

Anexo II – Formulário de Prestação de Contas do Termo de Fomento - ATHIS

Anexo III – Deliberação Plenária CAU/TO nº 14/2019

Anexo IV – Minuta de Termo de Fomento - ATHIS

Anexo V – Termo de Ciência e de Acordo

Anexo VI – Declaração de Não Impedimento de Dirigentes

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. O ato de inscrição pressupõe plena concordância de todos os termos deste Edital.

17.2. Nos resultados do Processo de Seleção não cabem recursos.

17.3. O CAU/TO poderá modificar as datas de publicação das fases de seleção, sem aviso prévio, não cabendo recursos.



17.3.1. Fica estabelecido o endereço da Internet <http://www.cauto.org.br>, para a divulgação de quaisquer informações públicas sobre o presente processo de seleção, sem prejuízo da utilização de outros veículos de comunicação, oficiais ou não, de que o CAU/TO venha a dispor.

17.4. O CAU/TO reserva-se o direito de divulgar o apoio institucional e de utilizar, quando julgar oportuno, imagens e produtos do projeto em suas ações e peças de comunicação institucional, bem como em seu portal na Internet, sem qualquer ônus adicional à cota de apoio ajustada.

17.4.1. Para o fim de assegurar o cumprimento do item antecedente, os termos contratuais entre o responsável pelo projeto e os demais envolvidos devem contemplar a extensão da cessão de direito de utilização de imagens, ilustração, voz, fotografia, fotografado, fotógrafo e produtos para as ações de comunicação do CAU/TO, quando for o caso.

17.5. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão de Planejamento e Finanças – CPFI-CAU/TO

Palmas/TO, 01 de julho de 2019.

SILENIO MARTINS CAMARGO
Presidente